



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 15 de julho de 2022

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na quinta-feira	Euro Comercial, venda na quinta-feira	Capital de giro Na quinta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,8% São Paulo	98.212 11/7 12/7 13/7 14/7	R\$ 1.212	R\$ 5,433 (+ 0,51%)	R\$ 5,443	6,76%	13,39%	1,01 1,62 1,06 0,47 0,67
0,46% Nova York			Últim 8/julho 5,268 11/julho 5,371 12/julho 5,439 13/julho 5,406				

PEC DAS BONDADES

Guedes nega riscos fiscais e ataca críticos

Ministro da Economia garante que contas públicas estão fortes. Analistas veem situação delicada e insegurança jurídica

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, quebrou o silêncio, ontem, e festejou a vitória do governo — que teve ajuda da oposição — na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2022, que cria um pacote de R\$ 41,2 bilhões de benefícios fora do teto de gastos, a chamada PEC das Bondades. O chefe da equipe econômica elogiou a medida e disse várias vezes que o “fiscal continua forte”, sem poupar críticas a quem diz o contrário.

Segundo o ministro, a PEC, também chamada de “Kamikaze”, promulgada ontem pelo Congresso, não terá “impacto líquido” nas contas públicas. “O fiscal está forte. Os bancos centrais do mundo inteiro dormiram no ponto, estão correndo atrás (elevando os juros), e o nosso Banco Central foi o primeiro a se mover. O resultado primário consolidado está zerado e nenhum país fez isso, a não ser Cingapura”, disse Guedes.

A fala ocorreu durante discurso a jornalistas na abertura da apresentação das novas previsões macroeconômicas da pasta, que elevou de 1,5% para 2% a projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano e manteve em 2,5% a estimativa para 2023 — dado bem acima da mediana do mercado, de 0,5%.

Foi Guedes quem começou a chamar a PEC de Kamikaze, mas, ontem, elogiou o fato de o impacto ter ficado menor do que os R\$ 120 bilhões inicialmente previstos. Ao atacar os críticos das medidas, o ministro disse que essas pessoas não estão “preparadas tecnicamente”, porque possuem “paixão por militância partidária” e “torcem contra o Brasil”. Ele também minimizou os riscos domésticos e voltou a frisar que a aversão ao risco e a inflação “são fenômenos mundiais”. “A inflação está subindo no mundo inteiro e todos estão tendo que rever o crescimento para baixo. Hoje, está bastante claro que a crise lá fora será bem mais aguda do que se esperava”, disse.

As falas de Guedes não foram bem recebidas pelo mercado. Especialistas lembram que o ministro não defendeu publicamente a PEC durante a tramitação no Congresso, que atropelou regras eleitorais e regimentais para que o pacote fosse aprovado. Aliás, o mercado financeiro vem refletindo, em grande parte, o aumento da preocupação com a deterioração fiscal, diante da expectativa de aumento do rombo das contas públicas para 1,5% do PIB em 2023.

Novo arcabouço fiscal

Os analistas também estão alvoroçados com a expectativa de um “novo arcabouço fiscal”, sinalizado tanto pelo atual governo quanto pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a partir de 2023. Procurado, o Ministério da Economia evitou comentar o assunto. Apenas informou que “eventuais discussões sobre essa ideia estão previstas na EC 109,

de 15 de março de 2021”, que deu lugar à PEC Emergencial.

O ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria, Mailson da Nóbrega, avaliou a votação da PEC Eleitoral como uma “completa avacalhação”. Para ele, Guedes está em uma realidade paralela, a serviço da reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL). “O ministro tenta convencer o impossível, ou imagina que as pessoas não sabem fazer conta, e tenta desmoralizar quem critica. Paradoxalmente, essa é uma estratégia stalinista. Não se discute o tema, desmoraliza-se o crítico”, comparou Nóbrega, citando, ironicamente, a ditadura de esquerda russa da primeira metade do século 20.

Segurança no inferno

“Qualquer pessoa razoavelmente informada sobre questões fiscais sabe que o Brasil tem uma situação grave, e que não estamos apenas violando as regras fiscais, de maneira descarada com objetivos eleitorais, mas também do ponto de vista civilizacional”, destacou o ex-ministro da Fazenda, lembrando que, em países onde a democracia é consolidada, como nos Estados Unidos, mudar a Constituição leva, no mínimo, dois anos. “O Congresso deu um recado claro com essa PEC: as regras não valem e ele muda quando quiser. Isso é um desastre. A segurança jurídica foi para o inferno”, frisou.

O economista Alberto Ramos, diretor para a América Latina do Goldman Sachs, também fez alertas sobre o aumento dos riscos fiscais promovido com a PEC Eleitoral. Ele observou que o governo alega que a arrecadação está aumentando, mas esquece que essas receitas não são permanentes. “A situação fiscal do Brasil ainda é muito delicada e o país ainda tem que caminhar muito no caminho da consolidação fiscal. A curto prazo, a receita está evoluindo relativamente bem, mas grande parte são fatores que não são permanentes. Parte dessa receita é cíclica, não estrutural, e não dá para financiar tanto aumento de gastos sem elevar o endividamento”, disse. “Em vez de poupar o excesso de receita, o governo está gastando mais e contratando mais dívida no futuro (que precisará ser paga com mais inflação ou mais imposto)”, acrescentou.

Na avaliação de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, quando Guedes procura falar apenas da melhora do resultado fiscal, que deverá fechar este ano perto de zero, a fotografia parece boa. Mas quando se olha para o futuro, considerando que a receita não deverá continuar crescendo, porque a economia deverá perder fôlego a partir do próximo semestre, a reação dos mercados é justificada.

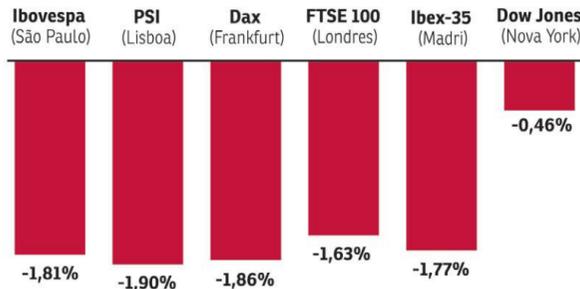
Para Padovani, o rombo das contas públicas tende a aumentar, assim como a dívida, com a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,25% ao ano, podendo subir ainda mais, já que o Banco Central precisará manter os juros em patamares mais elevados para compensar tanta expansão fiscal. “O retrato é bom, mas o filme é ruim”, resumiu.

No vermelho

Tensão externa e desconfiança do mercado na capacidade do governo em equilibrar as contas públicas com novo pacote de R\$ 41,2 bilhões aumentam o mau humor do mercado

DIA DE QUEDA

Bolsas recuaram em meio às preocupações com recessão global e Ibovespa acompanha



-8,3%
Variação do Ibovespa no ano

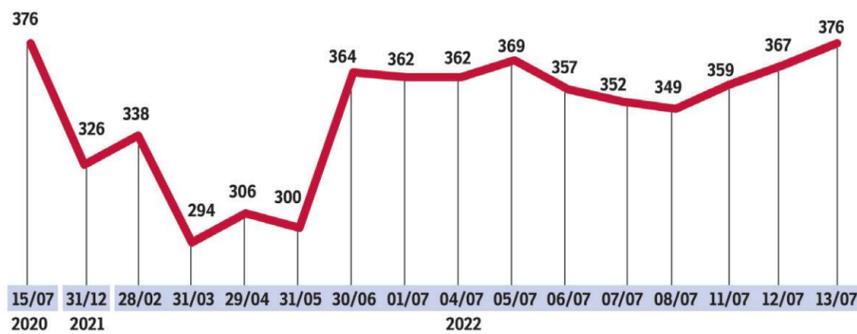
-25,15%
Variação do Ibovespa em 12 meses

R\$ 5,43
Cotação do dólar para venda ontem, após alta de 0,51%

3,14%
Alta do dólar em julho

RISCO-PAÍS PIORA

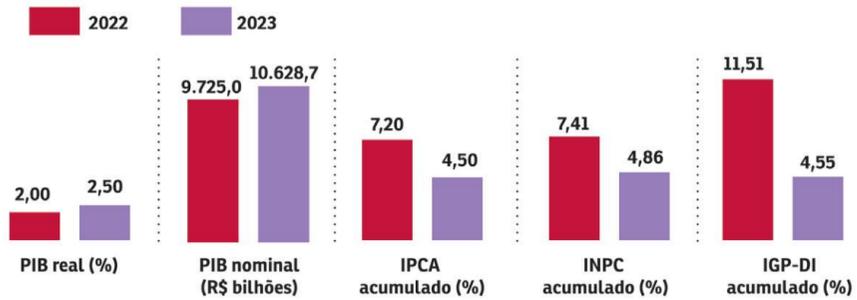
EMBI+ Ipeadata/JP Morgan* — Em pontos



*O EMBI+ (Emerging Markets Bond Index Plus) estima o desempenho diário dos títulos da dívida dos países emergentes em relação aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos. O índice é baseado nos bônus (títulos de dívida) emitidos por esse grupo de países e mostra os retornos financeiros obtidos a cada dia por uma carteira selecionada de títulos. A unidade de medida desse índice é o ponto-base, onde 10 pontos-base equivalem a um décimo de 1%.

NOVOS PARÂMETROS DO GOVERNO

O Ministério da Economia divulgou novas previsões macroeconômicas



Fontes: Ipea/JP Morgan, Ministério da Economia e Investing.com

Prévia do PIB recua em maio

Marcello Casal Jr/ Agência Brasil



Índice do Banco Central mostra economia “andando de lado”

em 12 meses. Na comparação com maio de 2021, houve crescimento de 3,7%, também abaixo da estimativa do mercado, de 4%.

Para os economistas, o resultado mostra uma economia andando de lado, mas a tendência

é de que novos estímulos como o aumento de benefícios sociais previsto pela PEC das Bondades — promulgada ontem pelo Congresso — estimulem a atividade nos próximos meses.

“Cortes recentes de impostos sobre combustíveis e gás de cozinha e o recentemente aprovado generoso pacote de medidas adicionais por fora do teto dos gastos devem adicionar cerca de 0,7% ao PIB em estímulos fiscais adicionais no segundo semestre”, calcula o diretor de Pesquisa Macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

O efeito positivo, contudo, será de curto prazo, na visão dos analistas, uma vez que os benefícios duram apenas até o fim do ano, e devem gerar problemas fiscais, o que tende a afetar o crescimento de 2023. (RH e RG, com Agência Estado)

Nervosismo no mercado

O aumento das preocupações com a desaceleração da economia mundial e a deterioração das contas públicas brasileiras, embora negada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, têm deixado o mercado financeiro bastante nervoso. Ontem, o dólar voltou a subir e chegou a ser negociado a R\$ 5,49, mas encerrou com alta de 0,51%, cotado a R\$ 5,43 para venda.

A alta, em parte, reflete a valorização da divisa norte-americana frente às demais, inclusive o euro, diante da perspectiva de mais aumento de juros nos Estados Unidos. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) acompanhou o mau humor externo frente ao aumento do risco de recessão global e chegou a desabar mais de 2% no meio do dia, atingindo o menor patamar desde 3 de novembro de 2020. No fechamento do pregão, o Índice Bovespa, principal indicador dos negócios, mostrava recuo de 1,80% em relação ao dia anterior, aos 96.121 pontos.

Diante da expectativa de várias bombas fiscais armadas para explodirem a partir de 2023, que podem fazer o rombo fiscal aumentar dos cerca de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), para mais de 1,5% do PIB, indicadores que medem o risco país também continuam subindo, apesar da melhora das projeções do governo divulgadas ontem.

Analistas não veem o cenário positivo que Guedes enxerga e traçam projeções para o crescimento do país no ano que vem bem abaixo dos 2,5% previstos pelo Ministério da Economia. Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, disse que a certeza é de que a âncora fiscal do teto de gastos não vai mais resistir. “A regra vai cair no ano que vem, independentemente de quem ganhe as eleições”, afirmou. (RH e RG)

» Veto a indicações na Petrobras

O Comitê de Elegibilidade (Celeg) da Petrobras rejeitou duas de sete indicações do governo para o Conselho de Administração da estatal. Segundo o comitê, Jônathas Assunção Salvador Nery de Castro e Ricardo Soriano de Alencar, ambos escolhidos pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), enfrentariam conflito de interesses atuando no conselho, uma vez que ocupam cargos de alto escalão no governo. Castro é funcionário da Casa Civil, enquanto Alencar é procurador-geral do Tesouro Nacional. O relatório do Celeg não é vinculativo. Assim, eles ainda podem ser nomeados se forem chancelados em assembléia de acionistas, prevista para o final de agosto.